

Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE)

Teresa Cristina de Miranda Mendonça (tecaturismo@yahoo.com.br)*
Marta de Azevedo Irving (mirving@mandic.com.br)**

Resumo

Os modelos de desenvolvimento atuais têm exigido a incorporação de um novo processo de implementação de projetos, centrados em parceria, co-responsabilidade e participação. No entanto, as questões sobre o processo participativo constituem "desafio-problema" para o desenvolvimento local sob a ótica das comunidades receptoras. Por esse motivo, o presente trabalho discute a participação dos atores sociais no desenvolvimento de projetos turísticos. Com essa perspectiva, o trabalho relata, a experiência vivida na Prainha do Canto Verde - Beberibe (CE), através da investigação das práticas de projetos turismo de base comunitária na busca de contribuir para a concepção de um novo modelo de planejamento turístico.

Palavras-chave: turismo de base comunitária, capital social e desenvolvimento local

Abstract

Present development models require the incorporation of a new project implementation process, centered in partnership, co-responsibility and participation. Nevertheless, the questions about participation constitute a challenging problem for local development, from the outlook of local communities. This paper discusses the participation of social actors in the development of tourist projects. From this standpoint, the work relates the experience of Prainha do Canto Verde - Beberibe (CE), by examining the praxis of this community-based tourism project with the aim of contributing to the formulation of a new paradigm for tourism planning.

Key-words: community-based tourism, social capital and local development.

Introdução

A avaliação do fenômeno turístico, na busca da construção de sociedades mais justas e participativas e por meio do fomento de atividades econômicas que promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável, fez com que este trabalho tenha como foco principal um ator fundamental no processo de *desenvolvimento turístico: a comunidade receptora do destino turístico*.

Por esta razão, o presente trabalho parte do olhar da comunidade, inserida na designação de "nativo mudo" por Krippendorf (1989), ou aquele que é pouco ouvido, negligenciado, excluído da tomada de decisões dos projetos turísticos.

Tendo como ponto de partida o "nativo mudo", a análise, realizada sobre o fenômeno turístico no mundo contemporâneo, leva a algumas considerações não muito "confortáveis" sobre o papel e a atuação desse segmento econômico. O turismo, referido por muitos autores como uma "indústria", é um fenômeno que tem seu crescimento coordenado e orientado pelo mercado e pelos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, sem considerar, de maneira apropriada, os demais atores envolvidos no processo (BARRETO, 2000).

A realidade contemporânea, no entanto, mostra que o modelo de desenvolvimento econômico vigente não pode mais ser mantido, pois as diversas estratégias econômicas em curso estão associadas a um sistema político-operacional que rapidamente destrói dois processos importantes para a vida humana: o processo de manutenção de recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais. Em todo o mundo há inúmeras evidências de que as diversas atividades econômicas têm ação destrutiva em áreas cada vez maiores, afetando de

forma significativa a qualidade de vida das comunidades locais. Na atividade turística, este contexto não é diferente. Em diversos empreendimentos turísticos, a cultura local tem sido elemento muitas vezes negligenciado; a apropriação de terras para a criação de parques e outras unidades de conservação, assim como a escolha de locais para a instalação de grandes complexos hoteleiros está freqüentemente associada a riscos e injustiças sociais (EMBRATUR/IEB, 2001.). Essa análise leva à conclusão de que, em geral, as comunidades receptoras não usufruem do crescimento do turismo mundial, visto que poucos benefícios são efetivamente comprometidos com o desenvolvimento local (IRVING, 2000).

Pela necessidade de se pensar o desenvolvimento de um segmento da economia global, comprometido com as questões sociais e ambientais e, baseado em princípios éticos, o turismo deve partir da premissa que nem a conservação dos recursos naturais, nem os lucros empresariais devem desrespeitar as populações locais ou impedir o seu acesso aos benefícios gerados pelo seu desenvolvimento. Pode-se considerar, desta forma, que estratégias de planejamento turístico que neguem direitos e possibilidades às comunidades receptoras são destrutivas e ilegais (EMBRATUR/IEB, op. cit.). No entanto, são inúmeros os impactos negativos provocados pelo turismo. Preocupado com os princípios éticos da prática turística, Krippendorf (op. cit., p. 90) alerta que:

A promoção do turismo é vital para a aldeia e para a região e chega a ser de interesse nacional. Mas ninguém fala das eventuais repercussões negativas, apenas de rendimentos, de trabalho e de melhor qualidade de vida. E quando o turismo tiver invadido a região e os viajados¹ tiverem tomado conhecimento da verdade, às suas próprias custas, a euforia inicial dará lugar à desilusão

* Turismóloga, mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS/IP/UFRJ). Docente do curso de Turismo da Universidade Estácio de Sá (RJ).

** Professora Adjunta do Programa EICOS/IP/UFRJ.

¹ Segundo Krippendorf, os viajados são as populações dos países ou regiões que acolhem os turistas, ou seja, que vivem no destino turístico.

e à visão realista das coisas. Mas, então, talvez seja tarde demais, porque os nativos terão perdido o controle do próprio destino.

Este modelo vigente é um dos principais obstáculos para a promoção da participação efetiva dos atores sociais em projetos de turismo. Mas, segundo uma nova ordem mundial de desenvolvimento em busca da sustentabilidade econômica, ambiental, sócio-cultural, o turismo passa a exigir a incorporação de uma outra forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios e a configuração de um novo modelo de implementação de projetos, centrados em parceria, coresponsabilidade e participação (IRVING, 2002a). Esta nova ordem inclui, constantemente em suas discussões, as questões sobre participação comunitária em projetos turísticos, pois segundo Clark e Banford (apud WEARING & NEIL, 2002, p.132): "Não há razão pela qual os países ou comunidades não devam decidir que tipo de turismo estão dispostos aceitar e pela qual não imponha limites o grau de mudança que estão dispostos a tolerar (...)"

A análise sobre as questões levantadas incentiva a busca de uma nova forma de desenvolvimento da prática turística. Qual seria, então, o modelo ideal para que o turismo se torne instrumento para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população receptora?

Uma possível alternativa poderia estar centrada na promoção do turismo de base comunitária, que segundo WWF-Internacional (2001, p. 2) pode assim ser apresentado:

Turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem

proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais? .

A compreensão da dinâmica de construção de estratégias de turismo de base comunitária representa um desafio sem precedentes no Brasil na atualidade.

A partir desse enfoque e da constatação de que a limitada participação dos atores sociais em projetos de turismo representa um dos principais obstáculos a estas iniciativas, o presente trabalho tem como objetivo discutir a participação dos atores sociais no desenvolvimento, implementação, execução e gestão de iniciativas de desenvolvimento turístico, consideradas bem sucedidas, assim como contribuir para a interpretação dessa dinâmica no contexto da Prainha do Canto Verde.

A Prainha do Canto Verde, localizada no município de Beberibe e situada à 126 km de Fortaleza, no litoral leste do Ceará, tem sido divulgada internacionalmente como um caso de sucesso em desenvolvimento turístico, e de maneira distinta às demais iniciativas em curso no Brasil, apresenta características e componentes que levaram os atores sociais a enfrentar os desafios do processo participativo e transformá-los em realidade.

A história de resistência e luta desta comunidade se constrói no litoral cearense, caracterizado por grande potencial turístico, pelos recursos naturais e beleza cênica. O histórico de crescimento e desenvolvimento da região costeira e litorânea brasileira, incluído o Estado do Ceará, se efetiva pela rápida inserção e ocupação da zona costeira por diversos agentes econômicos, a partir de um processo de caráter eminentemente político, tendo como conseqüência a ocupação desordenada do espaço, sem a participação das populações locais (DIEGUES, 2001).

Irving (2002a) relata que não é difícil encontrar evidências de que a realização de projetos de turismo de base comunitária, com a incorporação e participação efetiva do ator social como o da Prainha do Canto Verde, ainda constitui um desafio para muitos e uma realidade para "poucos". A realidade do turismo de base comunitária para estes "poucos" também se constitui em um desafio, pois a cultura paternalista e assistencialista historicamente dominante no país é responsável por uma inércia crônica dos grupos minoritários e por uma estratégia política-administrativa centralizada.

Este desafio parece estar sendo enfrentado pela sociedade civil, cansada de esperar do Estado providências capazes de gerar equidade e justiça social. O processo participativo constitui, portanto, um "desafio-problema" para o desenvolvimento local.

O nativo mudo como agente fundamental de participação social e desenvolvimento local

Uma fração significativa dos programas de desenvolvimento local, que foram ou estão sendo implementados no Brasil, tem tido o turismo como objeto prioritário. Ou seja, o desenvolvimento do turismo tem-se convertido em alternativa para o desenvolvimento local, como medida para diversificação da economia e contribuição para o renascimento de lugares em crise (SOLLA, 1999). Para Benevides (2002), a viabilidade de se realizar o desenvolvimento local através do turismo dependeria da equalização de cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; manutenção da identidade cultural; geração de ocupações produtivas de renda; desenvolvimento participativo e qualidade de vida. O autor (op. cit., p. 25) ainda fornece algumas sugestões orientadoras consideradas fatores de desenvolvimento local:

A manutenção da identidade cultural dos lugares como próprio fator de atividade turística; uma construção de uma via democrática para o desenvolvimento de certas localidades, articuladas pelo turismo como fator estruturante de valorização das suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na construção ativa desse processo.

Segundo Perez e Carrillo (2000 apud IRVING, 2002b, p. 69), o desenvolvimento local está baseado e fundamentado principalmente no aproveitamento dos recursos endógenos (humanos, naturais e de infra-estrutura) e pode ser definido como:

"(...) aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que mediante o aproveitamento dos recursos endógenos existentes em uma determinada zona ou espaço físico é capaz de estimular e fomentar o seu crescimento, criar emprego, renda, riqueza e, sobretudo melhorar a qualidade de vida e o bem-estar social da comunidade local."

Com foco em desenvolvimento local, Rodrigues (2002), esclarece que, se os caminhos traçados pelas novas diretrizes mundiais sobre desenvolvimento são novos, o processo decisório exige um outro direcionamento, demanda a mobilização das lideranças locais em todas as fases do processo, ou seja, na concepção, implantação, gestão e monitoramento dos projetos.

De acordo com as abordagens anteriores, a participação passa a ser considerada uma premissa importante para o desenvolvimento local. Surge, então, a idéia de capital social como um outro elemento fundamental para o desenvolvimento. O capital social, segundo Kliksberg (1999), é composto pelos seguintes elementos: valores partilhados, cultura, tradições, saber acumulado, redes de solidariedade, expectativas de

comportamento recíproco. O capital social, imbuído de espírito público, através de relações horizontais de reciprocidade, cooperação, solidariedade e confiança, na busca de relações e oportunidades igualitárias, conforme explicitado por Kliksberg (2003), se apresenta silenciosamente, junto com o capital econômico, como ferramenta essencial para o desenvolvimento local.

Para Putnam (1996), os estoques de capital social, que incluem itens como confiança, normas, sistemas de participação e cadeias de relações sociais, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Itens que constituem um bem público, ao contrário do capital convencional, que é normalmente privado. Ou seja, o capital social é um atributo da estrutura social que não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Os estoques de capital social levam a equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem estar coletivo, que ajudam na construção de uma "comunidade cívica". Segundo o autor (op. cit., p.102), tal comunidade:

(...) se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais e não como patronos e cliente ou como governantes e requerentes. A participação numa comunidade cívica pressupõe espírito público do que da atitude mais voltada para vantagens partilhadas. Os cidadãos não são santos abnegados, mas consideram o domínio público algo mais que um campo de batalha para a afirmação do interesse pessoal. Eles são mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais. Eles são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes. Ela não está livre de conflitos, pois seus

cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus componentes.

A idéia de capital social rompe com os mitos sobre as comunidades pobres, excluídas do processo participativo (os "nativos mudos"), pois uma comunidade pode carecer de recursos econômicos, mas sempre tem capital social (KLIKSBERG, 1999). Conforme Hirschmann (1984 apud KLIKSBERG, 1999, p. 29): "Diferentemente de outras formas de capital, o capital social é o único que aumenta com o uso." Esta afirmativa é validada por Putnam (op. cit.), quando declara que a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos.

Uma lição retirada por Putnam (op. cit., p. 191) durante sua pesquisa de campo foi que o contexto social e a história de um grupo condicionam profundamente o seu desempenho. A cultura das comunidades deve ser respeitada e considerada no processo de desenvolvimento, pois conforme Kliksberg (2003, p. 11):

As pessoas, as famílias, os grupos, são capital social e cultura por essência. São portadores de atitudes de cooperação, valores, tradições, visões da realidade, que são sua própria identidade. Se isso for ignorado, saltado, deteriorado, importantes capacidades aplicáveis ao desenvolvimento estão inutilizadas, e serão desatadas poderosas resistências. Se pelo contrário, se reconhecer, explorar, valorizar e potencializar sua contribuição, pode ser muito relevante e propiciar círculos virtuosos com as outras dimensões do desenvolvimento.

Da análise da afirmação acima infere-se que o "nativo mudo", sujeito principal desta pesquisa, representa capital social e cultural por essência. No caso particular da Prainha do Canto Verde, esse é um enfoque

essencial, uma vez que o modelo de desenvolvimento turístico adotado privilegia a participação comunitária no processo de tomada de decisões.

Participação, foco ético para o processo de tomada de decisão

A partir deste momento, extrapolando os elementos históricos e conceituais do ato de participar, inicia-se a busca pela legitimidade da participação, através da construção da cidadania e pela diminuição da distância entre a teoria e a prática. A análise do exercício da participação leva Bordenave (1994, p. 22) declarar que participação é "fazer parte, tomar parte e ter parte". O autor ainda destaca que a distância entre o conceito e a prática de participação e discute a diferença entre participação passiva e participação ativa. Esta diferença representaria a distância entre o cidadão inerte e o cidadão engajado, pois a prova de fogo da participação, não é o quanto se toma parte mas como se toma parte.

A busca por resultados efetivos para o desenvolvimento local, Ghon (2003) coloca que participar significa dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo, que objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações. Bordenave (op. cit., p. 25) conclui, então, que uma sociedade participativa seria "aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira eqüitativa". O que valida o conceito de turismo de base comunitária que, segundo Tourism Concern (op. cit.), agregando a definição do WWF Internacional (op. cit.) apresentada anteriormente, é aquele de propriedade,

posse e administrado, totalmente, pela comunidade local e que a envolve e beneficia.

Porém, surge a pergunta: O que tem sido realmente disponibilizado, na prática, aos membros de um grupo no processo participativo? Bordenave (op. cit.) revela ainda que existem circunstâncias de diversos tipos que condicionam o grau, o nível e a qualidade da participação das pessoas em projetos de desenvolvimento. A análise da qualidade e do nível de participação disponibilizada aos membros de um grupo levou Bordenave (op. cit.) a categorizar a participação em diversos graus. A primeira questão apresentada pelo autor é: -Que tipo de participação é disponibilizada aos atores sociais?

Os graus de controle partem do menor nível, identificado como informação, em que os líderes, dirigentes, informam aos membros as decisões já tomadas; passam pela consulta facultativa, consulta obrigatória, elaboração de propostas, co-gestão, delegação e terminam no grau mais elevado de participação, a autogestão, fase onde desaparece a diferença entre administradores e administrados; o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes.

Uma outra pergunta a ser respondida é: -Qual é o nível de importância das tomadas de decisões? Em resposta a esta questão, Bordenave (op. cit.) organiza as decisões possíveis em seis níveis: formulação da doutrina e da política da instituição; determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias; elaboração de planos, programas e projetos; alocação de recursos e administração de operações; execução das ações; avaliação dos resultados. Segundo o autor, a democracia participativa promove níveis mais elevados de participação decisória por parte da população, acabando com a divisão de

funções entre os que planejam e decidem e os que executam e sofrem as conseqüências das decisões.

De acordo com os níveis e graus de participação elencados, infere-se que a análise do processo participativo não se constitui em uma ação simples, pois o "ato de fazer parte, tomar parte e ter parte" extrapola o nível conceitual e passa a exigir a investigação de seu exercício, ou seja, sair da avaliação teórica para a avaliação da prática.

Turismo de Base Comunitária na Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE): fatores diferenciais de atratividade

A Prainha do Canto Verde, está localizada no município de Beberibe, litoral leste do Ceará, a 126 km de Fortaleza, em área de faixa litorânea de elevado valor econômico, entre alguns dos principais destinos turísticos do litoral cearense: Porto das Dunas (Aquiraz), onde se localiza o Parque Aquático do Beach Park, Praia das Fontes, Morro Branco (Beberibe) e Canoa Quebrada (Aracati) (ALMEIDA, 2002).

Podendo ser considerada uma comunidade pesqueira tradicional, pela importância dada à unidade familiar e às relações de parentesco para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais, pelo reduzido acúmulo de capital, pela valorização do espaço e sua ocupação por várias gerações (DIEGUES, op. cit.), as famílias surgem com papel fundamental para a organização e fortalecimento desta comunidade. As famílias que, com o apoio da Arquidiocese de Fortaleza, promoveram a criação da Associação de Moradores, entidade que representa oficialmente os moradores da Prainha em defesa de seus direitos.

Na contramão da história, desafiando as regras de uma sociedade regida,

prioritariamente, pelo sistema de interesse, essa comunidade pesqueira apresenta tradição de participação e de organização. A comunidade, que teve sua origem, segundo relatos orais, em 1860, com a chegada de migrantes em busca de uma nova alternativa para a sobrevivência, a pesca, tem na luta pela terra, iniciada em 1979, a sua maior bandeira.

A realidade vivida pela comunidade da Prainha do Canto Verde, marcada pela luta diária pela sobrevivência poderia representar um fator desfavorável à participação dos atores sociais no processo de tomada de decisões. No entanto, a comunidade, consciente de seus direitos, tem na luta pela posse da terra uma questão de sobrevivência. As dificuldades diárias, enfrentadas pela comunidade, ao contrário do que poderia supor, se tornaram a força motora para o processo participativo.

Os atrativos da Prainha do Canto Verde são de beleza incontestável. O que diferencia então este destino turístico dos demais destinos do Estado do Ceará e do Brasil? O modelo de desenvolvimento turístico, apresentado pela Prainha do Canto Verde, se constitui em um diferencial de peso na escolha do destino para uma parcela significativa de turistas. Modelo que tem contribuído com a preservação da identidade cultural de sua população. A história da comunidade através do exercício da participação, de seu modelo de organização e gestão local, de sua história de resistência (ausência de empreendedores externos, com a oferta de acomodações em pousadas comunitárias), a convivência com o cotidiano da comunidade, a relação com a pesca, a tranquilidade do local e a forma de vida simples têm sido os principais fatores diferenciais, comparativos e de atratividade da hospitalidade deste destino turístico.

Ao "ouvir a voz do nativo" é possível conhecer suas percepções, desejos e

avaliações sobre o modelo de projeto turístico que está sendo desenvolvido na localidade. A construção desse modelo, considerado "socialmente responsável", ou seja, de base comunitária, é o resultado de um processo de conscientização da comunidade, que parte da valorização de seu local de moradia. Modelo onde a união, a cooperação e o espírito de comunidade são apresentados pelos moradores como elementos fundamentais possibilitaram a construção deste modelo "diferenciado" de turismo.

Atualmente, a comunidade vem desenvolvendo um modelo de turismo, em busca de seu próprio benefício, que não permite a especulação imobiliária por agentes externos, onde todos os serviços turísticos e comerciais são de propriedade e administrados pelos nativos, que gera renda complementar para muitos habitantes locais. Este modelo turístico é responsável por um fluxo de turistas representado, em sua grande parte, por estudiosos e pesquisadores, atraídos pela história de organização da comunidade e pelo modelo inovador de turismo que está sendo implantado.

Esse quadro é ilustrado pela comparação inevitável que os turistas (visitantes) e moradores, durante pesquisa de campo, fazem entre a Prainha do Canto Verde e alguns outros destinos cearenses (Morro Branco, Praia das Fontes, Canoa Quebrada, Fortaleza e Jericoacoara). Esse diferencial se justifica pelo método desenvolvido pela comunidade da Prainha do Canto Verde para dar início ao Projeto Turístico Socialmente Responsável, cujo modelo teve como ponto de partida o resultado da pesquisa realizada pelos próprios moradores locais, em comunidades onde o turismo já havia se estabelecido (Parajuru, Praia da Fontes, Morro Branco e Canoa Quebrada). Assim, o modelo da Prainha do Canto Verde passou a ser

desenvolvido, a partir da análise comparativa com as experiências vividas por estas localidades.

O olhar dos turistas sobre a Prainha do Canto Verde, demonstra as percepções e avaliações deste ator sobre este destino e revela quais fatores motivaram a sua escolha como opção de passar seus dias de férias, feriados ou momentos de lazer.

As belezas naturais da praia, das dunas e das lagoas, ainda bem preservadas, são indiscutíveis na avaliação dos turistas sobre a Prainha do Canto Verde. Porém a comunidade, o relacionamento entre os seus membros, a estrutura de organização comunitária, o espírito de cooperação e união, a oportunidade de passar dias vivendo seu modo de vida, ainda não estereotipado, a sua história de organização e luta e os esforços para manter a preservação do seu espaço se constituem nos pontos centrais de destaque da hospitalidade na Prainha do Canto Verde. Esses fatores são, portanto, essenciais e a diferenciam e a qualificam e geram naturalmente um olhar comparativo com outros destinos do litoral cearense.

A forma de relacionamento entre os membros da comunidade e seus visitantes, também aparece como fator de destaque. Relacionamento que parece criar um laço de amizade muito forte entre estes atores que extrapola as relações comerciais. A partir deste momento os atos relacionados com a hospitalidade na Prainha, consolidam estruturas de relação que segundo Selwyn (2004, p. 26-27) transformam "(...) estranhos em conhecidos, inimigos em amigos, amigos em melhores amigos, forasteiros em pessoas íntimas, não parentes em parentes." Este exemplo faz da hospitalidade turística local, na Prainha, sinônimo de receptividade, sociabilidade e cordialidade.

Considerações Finais

Certamente, do ponto de vista econômico e mercadológico, os destinos que apresentam o modelo de base comunitária ainda não são considerados sucessos de venda e consumo por turistas nacionais e internacionais. Mas, apesar do desafio, a comunidade da Prainha do Canto Verde, de maneira contraditória às demais práticas turísticas em curso no Brasil e, cansada de esperar do Estado soluções para a melhoria da qualidade de vida, buscou o engajamento e a autonomia para o desenvolvimento de seu próprio projeto turístico. Assim, o desafio se tornou realidade e, o discurso se expressou na prática.

Apesar do fato de ser a prática turística na Prainha ainda incipiente, a análise da participação dos atores sociais neste modelo de desenvolvimento local revela que a comunidade tem participado efetivamente desde o processo de concepção até a gestão do projeto turístico, ou seja, desde o momento de formulação de política, determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias até a avaliação de resultados. Assim, a participação extrapola o campo teórico e se consolida na prática turística. Certamente este é um modelo se constitui efetivamente em uma iniciativa de base comunitária.

A base do êxito dessa iniciativa se encontra nos elementos chaves do "capital social". O processo histórico de participação, luta e resistência fortaleceu o "capital social" da comunidade, que foi se acumulando e se consolidando progressivamente. Esse "capital social" resultou na criação de um modelo turístico que se apresenta como a expressão do desejo de seus habitantes, denominado por muitos, como "nosso turismo". Os moradores da Prainha do Canto Verde não são apenas habitantes do local herdado, mas sim seus construtores. Eles não são atores sociais, eles são sujeitos sociais, que

atuam também como autores de seu destino, pois criam, escrevem, roteirizam e atuam na sua história.

A análise do processo de construção histórica da Prainha do Canto Verde e de seu projeto de Turismo Socialmente Responsável confirma que a história e o exercício de participação ultrapassam a barreira do limitado nível de escolaridade de toda uma geração. Geração esta que, ironicamente, exercitou um elevado nível de articulação e politização, impulsionada pela luta da terra, pela coragem de enfrentar agentes externos em defesa do local herdado onde vivem e do qual dependem para a sua sobrevivência e a das gerações futuras. Na verdade, estes modelos têm se apresentado como modelos inspirados pela noção de crescimento e mercado, nos quais prevalece o foco pela necessidade de produção e lucro, sem resultados visíveis para a melhor distribuição de renda e conseqüente melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Apesar desse modelo ainda não estar associado a um padrão de qualidade satisfatório, segundo a ótica do mercado, a história de participação e organização dessa comunidade transformou o conceito de turismo de base comunitária em realidade. O projeto turístico de base comunitária da Prainha do Canto Verde tem sido referência para a construção de um modelo que viabiliza a inclusão das comunidades do litoral no desenvolvimento do turismo e que contribui para a melhoria dos padrões sócio-econômicos, respeitando as tradições e a cultura dos "Povos do Mar".

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Henrique L. P. S. de. Indicadores de Qualidade de Vida, instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: O caso Prainha do

- Canto Verde, Beberibe/CE. 2002. 219 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e Meio Ambiente). UFC, Fortaleza, 2002.
- BARRETO, Margarita. As Ciências Sociais Aplicadas ao Turismo. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (Org.). Olhares Contemporâneos sobre o Turismo. Campinas: Papirus, 2000. p. 17-36.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). Turismo e Desenvolvimento Local. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.
- BORDENAVE, J.R. Díaz. O que é participação. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos) globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras. 2 ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Costeiras, USP, 2001.
- EMBRATUR-IEB. Pólos de Ecoturismo - Planejamento e Gestão / Guilherme Wendel de Magalhães (Coord.). São Paulo: TERRAGRAPH, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos Gestores e participação sociopolítica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GUATTARI, Felix. As Três Ecologias. 12 ed. Campinas: Papirus, 2001.
- IRVING, Marta de Azevedo. Ecoturismo em áreas protegidas: um desafio no contexto brasileiro. Boletim de Turismo e Administração Hoteleira. São Paulo, n.2, p.43-55, Out/2000. Centro Universitário Ibero-Americano - UNIBERO.
- _____. Turismo Ética e Educação Ambiental. In: Turismo: o desafio da sustentabilidade. IRVING, M. A.; AZEVEDO, Julia. São Paulo: Futura, 2002a. p. 17-34.
- _____. Participação - questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: Turismo: o desafio da sustentabilidade. IRVING, M. A.; AZEVEDO, Julia. São Paulo: Futura, 2002a. p. 35-45.
- _____. Refletindo sobre o turismo como mecanismo de desenvolvimento local. Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE. Salvador. ano IV, n. 7.p. 69-74. dez/2002b.
- KLIKSBERG, Bernardo. Seis teses não-convencionais sobre participação. Revista de Administração Pública/FGV. Rio de Janeiro, v.33, n.3, p. 7-37. mai/jun. 1999.
- _____. Capital Social e Cultura: claves esquecidas do desenvolvimento. In: SEMINÁRIO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SÉCULO XXI, 2003, Rio de Janeiro. Apostila. 48p.
- KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.
- _____. Cartão Vermelho ao Turismo? Dez Princípios e desafios para um Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Sec XXI. Rio Grande do Sul: Fórum Social Mundial, 2002. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/destaques/forum/cartao_vermelho.pdf> Acesso: 01/ago/2002.
- PRAXEDES, Walter. Turismo e consumo na sociedade global. Revista Turismo: Dimensões e Perspectivas / Faculdades Nobel - vol. 1, no 1 (Novembro 2001) - Brasil - Paraná - Maringá. Faculdade Nobel, 2001. Semestral. Disponível em: <<http://www.nobel.br/revistaturismo/>> Acesso em: 26/jul/2002.
- PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RODRIGUES, Adyr B. Turismo Local: oportunidades para inserção. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) Turismo e Desenvolvimento Local. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 55-64.
- SELWYN, Tom. Uma antropologia da busca

da hospitalidade: perspectiva para um mundo globalizado. Barueri: Ed. Manole, 2004. p. 25-50.

SOLLA, X. M. S. Reflexións en Torno ó Papel do Turismo no Desenvolvemento Local. In: GONZALEZ, R.R.; CALDAS, A.C.; MASCARENHAS, J. (Coord). Desarrollo Local y regional en Iberoamérica (Actas del Seminario Internacional sobre Perspectiva de Desarrollo en Iberoamerica). Santiago de Compostela: Universidade, Servicios de Publicaciones e Intercambio Científico, 1999. p. 149-165.

TOURISM Concern - About us. Disponível em: <http://www.tourismconcern.org.uk/about_us/about_us.htm>. Acesso em: 15/ dez/2002.

TRIGO, Luiz Gonzaga G. T. A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo. 5 ed. Campinas: Papirus, 1998.

WEARING, Stephen; NEIL, Jonh. Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri: Manole, 2002.

WWF-BRASIL. Certificação em Turismo: Lições mundiais e recomendações para o Brasil. SALAZAR, Sergio (Coord.). Brasília: WWF-Brasil, 2001.